



ACÓRDÃO Nº 462/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11428/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Srs. Ordival Leite Rubim Filho - Ordenador de Despesa e Edmar Vizolli – Gestor.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA-AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 361/2017-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.766/768).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Edmar Vizolli**, ex-Diretor Presidente e responsável pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, no curso do exercício de 2015, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Recomendar** ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, que cumpra as orientações constantes no Relatório Conclusivo n. 39/2016-DICA-AM;
 - 9.2.1. Dar quitação ao Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº 462/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral